

## **ATIVIDADE: CAPTAÇÃO E ENVASE DE ÁGUA MINERAL.**

### **LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO).**

*Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.*

#### **1 – Requerimento**

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

#### **2 – Documentos de identificação**

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

#### **3 – Documentos sociais**

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

#### **4 – CNPJ**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

#### **5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)**

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

#### **6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)**

RG e CPF do procurador constituído.

#### **7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)**

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

## **8 – Termo de Responsabilidade**

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

## **9 – Planta de localização**

Em cópias do IBGE, mapas do programa Google Earth, indicando:

- a) Coordenadas geográficas (graus, minutos e segundos), em SIRGAS2000;
- b) Localização do terreno em relação ao logradouro principal, aos acessos, indicando suas denominações;
- c) Caso esteja situado às margens da estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado em que se localiza;
- d) Corpos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver; e
- e) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio mínimo de 100 metros.

## **10 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)**

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

## **11 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)**

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

## **12 – Cadastro REGLA.**

## **13 – Análise de laboratório caracterizando a qualidade da água (LAMIN).**

## **14 – Plano de Controle Ambiental (PCA), contemplando:**

- a) Caracterização ambiental do local, focando na caracterização hidrogeológica; e
- b) Detalhar a metodologia a ser adotada para a captação e o envase, os dispositivos de mitigação, principalmente os controles dos efluentes industriais (neutralização, emissão e tipo de corpo receptor).

## **15 – Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD)**

Demonstrar uso futuro da área, assim como plano de fechamento da fonte de água mineral.

## **16 – Planta de detalhe**

Deverá indicar as infraestruturas existentes ou as que ainda serão construídas, devendo correlacionar com áreas ambientalmente protegidas por lei e áreas florestadas.

A escala deverá ser 1:25.000, depende do nível de detalhe exigido pela própria planta. As coordenadas deverão estar em UTM e o DATUM utilizado deverá ser o SIRGAS2000.

## **17 – Planta de detalhe**

Deverá indicar o ponto onde estão localizadas as fontes de água mineral que são/serão utilizadas pela empresa.

As coordenadas deverão estar em UTM e o DATUM utilizado deverá ser o SIRGAS2000.

Obs.: Junto da planta das fontes, deverá ser entregue tabela com as coordenadas das mesmas.

**No Portal do Licenciamento ([portallicenciamento.inea.rj.gov.br](http://portallicenciamento.inea.rj.gov.br)) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.**

**Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.**